

Minha vida de menina: de diário de uma adolescente a “lugar de memória”

Lúcia Helena da Silva Joviano¹

RESUMO:

O diário de Alice Dayrell Caldeira Brant, conhecida pelo pseudônimo de Helena Morley, fora publicado em 1942, com o título *Minha vida de menina*. Nele foram registradas passagens e situações do cotidiano de sua vida familiar e pública, em Diamantina, quando tinha entre 13 e 15 anos, no período de 1893 a 1895. No presente estudo, *Minha vida de menina* será entendida enquanto um “lugar de memória”, como proposto por Nora (1993) e trilhando os caminhos de Foucault, compreendemos que o olhar depositado sobre uma obra não deve procurar relacionar automaticamente a mesma ao seu autor, mas sim a um certo discurso, vinculado a uma época regida por determinadas concepções, no caso o Modernismo brasileiro. Assim, o diário íntimo feminino tão em voga na Europa nos séculos XIX e XX torna-se lugar de memória para os brasileiros.

PALAVRAS-CHAVES: Diário, Modernismo, lugar de memória.

ABSTRACT:

The Diary of Alice Dayrell Caldeira Brant, known as the pseudonym of Helena Morley, was published in 1942, with the title *My life the girl*. Passages and situations of daily family life and public, in Diamantina were recorded in this diary, when she was between 13 and 15 years in the period 1893 to 1895. In this study, *My life the girl* is understood as a "place of memory", as proposed by Nora (1993) and tread the paths of Foucault, we understand that the look deposited on a work should not seek to automatically go to the same author but to a

¹ Mestre em Literatura(CES-JF), Graduada em História(UFJF) Professora de Educação Básica da SEE/MG; SEE/RJ e do Programa de Pós-Graduação da Fundação Educacional de Além Paraíba(FAFIPRONAFOR) luciajoviano@hotmail.com

certain discourse, linked to a time governed by certain concepts, namely the Brazilian modernism. Thus, the diary as female in vogue in Europe in the nineteenth and twentieth becomes a place of memory for the Brazilians.

KEY WORDS: Daily, Modernism, place of memory.

1- O diário e sua contextura Moderna

Antes de iniciarmos as considerações a respeito da inserção do diário, no contexto da discursividade moderna, cabe destacarmos suas peculiaridades. A escrita em forma de diário tem como característica primordial a presença do cotidiano, marcado não só pelo fato do conteúdo narrado centrar-se no vivido, como também por sua organização em datas, apresentadas em ordem sucessiva. Tal escrita acaba por estabelecer uma linearidade e continuidade a eventos muitas vezes díspares. Nesse sentido, em *Minha vida de menina* os assuntos destacados pela adolescente para serem narrados, apesar de se sucederem, são diversos. Como pode se verificar por esses dias destacados:

Segunda-feira, 6 de março

Não sei por que o aniversário do Seu Antônio Eulálio não foi festejado ontem na Palha, como de costume. De fora só estiveram Seu Olímpio Mourão, a família de Seu Marcelo, Elvira e eu. Tivemos tanta coisa boa e comemos à grande. Houve também no jantar uma novidade que Seu Guerra preparou para caçoar comigo, como é costume dele. Veio na sobremesa um copo com um doce bonito dentro. Eu encho a colher e ponho

na boca. Tomei um susto e todos caíram na gargalhada. É coisa que aconteceria a qualquer, pois nenhum de nós conhecia. Chama-se sorvete e é feito de gelo.

Quinta-feira, 9 de março

Meu pai achou graça de eu dizer que estava com inveja de Luisinha sair à rua, de lenço na cara.

Não desejo ter dor de dente porque vejo todo o mundo chorar tanto, que penso que há de doer muito. Naninha, quando tem dor de dente, Poe a casa toda maluca. Tia Agostinha fica só rezando e fazendo promessa, com medo de Naninha enlouquecer. Ela grita, rola no assoalho, bate com a cabeça na parede, que a gente pensa que é doida do hospício. Outro dia os gritos foram tantos que a gente da rua entrou para acudir; ela xingou a todas e foi rolar na horta.

[...] Hoje eu tive vontade de sair com lenço na cara como vejo os outros fazerem, mas mamãe não deixou.

Sábado, 11 de março

Nós temos muitos tios e ainda chamamos de tios os primos velhos. Hoje meu pai disse a mamãe: “Precisamos visitar o Henrique e o Julião que há muito tempo não vemos”. São dois velhos que moram muito longe da nossa casa. Gostei da idéia, pois há muito tempo que não saio em companhia de meu pai. Ele disse: “Vamos primeiro ao Julião, depois ao Henrique!”. Estes dois tiveram dinheiro, acabaram com tudo e hoje vivem pobremente.

[...] Quando voltamos pra casa já estava muito escuro. Não são engraçados esses tios? (MORLEY, 2005, p.34-38)

A citação, um pouco longa, foi necessária, pois coube salientar que de um dia narrado para outro os temas variavam bastante, por exemplo: a primeira destaca a questão da novidade que era para menina o sorvete, a segunda narrava a respeito da dor de dente da irmã, daí em diante falava-se de visita aos parentes, procissão e o aparecimento de um ladrão na cidade.

Apesar da descontinuidade dos fragmentos relatados, a obra no seu todo ganha um sentido. Este pareceu ser as preocupações que a escritora/narradora mostrava em relação à situação economicamente decadente de seu pai, empobrecido pela diminuição da extração de diamantes em sua lavra. Situação essa, compartilhada por muitos naquela cidade, naquele momento. Ao fim dos dois anos, relatados no diário, seu pai consegue uma colocação em uma empresa que chegou a Diamantina, sua avó faleceu deixando herança e isso apontou para dias melhores para a adolescente e sua família. Dessa forma, um dos elementos da tensão presente no texto foi solucionado. Os dois últimos parágrafos do texto relatam:

O dinheiro que vovó deixou para mamãe foi pouco e meu pai pagou todas as dívidas e continuou na mineração. Mas logo as coisas mudaram e nossa vida tem melhorado tanto, que eu só posso atribuir à proteção da alma de vovó. Meu pai entrou para a Companhia Boa Vista e tudo dos estrangeiros é com ele, por que é o único que fala inglês e

conhece bem as lavras. Agora não vamos sofrer mais faltas, graças a Deus.

Não é mesmo proteção de vovó lá no Céu? (p.335)

Outra questão que observamos se refere às datas, em todo o livro, elas não se organizam uma após a outra necessariamente, a ordem que aparece na obra foi a transplantada para a citação e corresponde a 06/03; 09/03; 11/03; respectivamente. Em um primeiro momento, pode-se pensar que dias foram excluídos, selecionados pela escritora. Porém, esta em nota à primeira Edição, esclarece: “Nesses escritos nenhuma alteração foi feita, além de pequenas correções e substituições de alguns nomes, poucos, por motivos fáceis de compreender ” (p.14)

Em outra passagem, encontraremos o que seria a explicação para a descontinuidade nas datas. Diz Helena: “Eu estava com a pena na mão pensando o que havia de escrever, pois há dias não acontece nada.” (p.173)

As mudanças nos nomes podem dizer respeito à questão de Helena ser um pseudônimo e esse é geralmente utilizado quando quer se expressar o nascimento de um outro eu, o eu literato; ou por que, como foi no caso de algumas das primeiras escritoras femininas, quer esconder o nome da família a que pertence, ou seja, é uma tentativa de evitar expor-se.

Porém, no que diz respeito ao conteúdo do livro e a sua autenticidade, Schwarz (2003)

traz algumas considerações que foram debatidas à época de sua publicação, pois alguns duvidavam ser o livro exatamente como os originais. Outros pensaram ser o livro fruto de composição feita já pela escritora adulta e sobre isso Schwarz destaca a fala de Guimarães Rosa, para o qual “não existia em nenhuma outra literatura mais pujante exemplo de tão literal reconstrução da infância.” (p.45)

Schwarz considera que “*Minha vida de Menina*’ é um dos livros bons da literatura brasileira e não há quase nada à sua altura em nosso século XIX, se deixarmos de lado Machado de Assis.”(p.47) E ainda citou alguns ilustres fãs do livro, como é o caso de Carlos Drummond de Andrade e Elisabeth Bishop que o traduziu para o inglês. Sem a presença dos originais, o que temos para discutir é o dito pela escritora e qualquer coisa, além disso, constitui-se de mera especulação.

2- De escrita de si a lugar de memória

A origem do diário, enquanto locus de uma escrita de si, remete ao surgimento da ideia de vida privada, esse movimento de valorização de uma intimidade, dá-se no século XVIII. A afirmação dos diários e dos gêneros confessionais acontece, porém, no século XIX, sendo o século XX o momento em que esse se consolida como objeto mercadológico aprovado pelo gosto dos leitores. (MACIEL, 2007, p.05)

O sucesso do gênero tornou-se inegável desde a publicação de *O Diário de*

Anne Frank. Segundo Maciel (2007) “Este diário, que já vendeu mais de 25 milhões de exemplares, [...] além de saciar nossa curiosidade histórica, é um alerta, enraizado na cotidianidade, sobre a condição humana e o sentido da vida.” (p.5) Porém, o sucesso de *Minha vida de menina* não veio na esteira desse fenômeno internacional de vendas, mesmo porque fora publicado antes dele. Seu sucesso advém de suas qualidades literárias e de corresponder ao momento em que a discursividade no qual se encontrava inserido estar eminente aqui no Brasil.

A esse respeito, alguma distinção merece ser feita: uma coisa foi o diário de uma adolescente, de uma cidade no interior do Brasil, no qual são descritas cenas cotidianas de seu entorno e da intimidade familiar da menina; outra coisa foi a obra *Minha vida de menina*, que de certa forma fora constituída para ser um elemento propiciador de memórias para outros. Em prefácio elaborado por Alexandre Eulálio em 1959, pode ver-se uma tentativa de definição que a crítica produziu sobre o livro:

A meio caminho do documento e da ficção, caderno de anotações escrito à margem da literatura, num calmo dia-a-dia que a adolescência e a província iluminam de modo peculiar, essa história natural de uma menina do interior impôs-se pelas suas claras qualidades. A sensação de frescor que nos comunica cada página do livro, a franqueza imperturbável dos catorze anos da autora, cujo

inconformismo sem rótulo resulta do mais autêntico humorismo – displicente, impiedoso, sem cerimônia -, colocam nessas memórias nos antípodas do tom acadêmico e do beletrismo e vêm-nas antes aparentar com literatura picaresca. (p. 07)

Por esse fragmento destacamos que Eulálio compreendeu *Minha vida de menina*, como algo “meio caminho do documento e da ficção”, como “história”, “memórias” e “literatura picaresca”. Percebemos que as discussões entre os limites ficcionais/não-ficcionais e as relações entre história/memória e literatura autobiográfica, mais uma vez estiveram presentes na tentativa de analisar uma obra do universo da escrita de si. Porém ao fim de seu prefácio, Eulálio não só tenta concluir uma caracterização do livro como deixa também transparecer uma concepção de memória como reprodução ou cópia da realidade:

Seu diário é modesto e de admirável resultado desse trabalho realizado com desfastio. E assim deve ser encarado: uma espécie de amplo painel primitivo que minuciosamente reproduzia o límpido território humano da menina Helena Morley. (p. 12)

O livro fora publicado, pela primeira vez, em 1942, momento cujo entorno que perpassava a vida da escritora/narradora era tão diferente do período em que o diário fora escrito, que a mesma em nota à 1ª edição, destaca:

Não sei se poderá interessar ao leitor de hoje a vida corrente de uma cidade do interior, no fim do século passado, através das impressões de uma menina, de uma cidade sem luz elétrica, água canalizada, telefone, nem mesmo padaria, quando se vivia contente com pouco, sem as preocupações de hoje. (p. 13)

Seu relato dispõe sobre um Brasil que transitou de um modelo de economia e sociedade colonial, escravista, basicamente rural, para uma economia urbana e industrial. O Estado Novo varguista estabeleceu as bases da acumulação capitalista no Brasil ao consolidar a legislação trabalhista, investir em infraestrutura, fornecer empréstimos a juros negativos a empresas nacionais e ao atuar em áreas de base para a industrialização. Sobre o modelo de acumulação capitalista brasileiro ver

Era um novo Brasil, que se pretendia moderno e para tal deveria acompanhar o movimento geral da civilização ocidental, pois:

A revolução do moderno data do século XX. A modernidade, analisada até então apenas no plano das “superestruturas”, define-se, daqui em diante, em todos os planos considerados importantes pelos homens do século XX: a economia, a política, a vida cotidiana, a mentalidade.

O critério econômico torna-se primordial, [...] no complexo da economia moderna, a pedra de toque da modernidade é a mecanização, ou melhor, a

industrialização. (LE GOFF, 1992, p.192)

O projeto de um Brasil moderno começou a delinear-se na década de 1920, momento em que se percebia, pelo aumento dos descontentamentos (militares, operários/camponeses, industriais e intelectuais), que o modelo político e econômico que beneficiava algumas oligarquias, havia esgotado. O ponto de convergência dos protestos e questionamentos – além das denúncias contra as fraudes eleitorais - girava em torno da construção de um projeto nacionalista para o país.

Em 1922, ocorreu em São Paulo a Semana de Arte Moderna, evento que marcou definitivamente os novos rumos que a cultura brasileira iria seguir a partir de então. Os movimentos modernos do ocidente:

A afirmação de modernidade, mesmo que ultrapasse o domínio da cultura, refere-se antes de mais nada a um meio restrito, de intelectuais e tecnocratas. Fenômeno da tomada de consciência de um progresso, por vezes contemporânea da democratização da vida social e política, a modernidade mantém-se no plano da elaboração, de uma elite, de grupos, de capelas. (LE GOFF, 1992, p.197)

Porém, apesar do referido acima, os anseios e projetos dos intelectuais acabaram por chegar até o povo, pois com a chamada Revolução de 1930 e o início, como dito anteriormente, desse processo de inserção do Brasil no mundo moderno, muitos intelectuais

modernista passaram a ser quadros do governo Vargas e a elaborar políticas públicas que efetivamente alteraram a vida nacional – como o próprio relato de Helena, anteriormente citado, mostrou.

Um dos tópicos que uniam os intelectuais brasileiros ditos Modernistas, apesar das suas diferentes visões, foi a valorização dos aspectos e dos elementos nacionais. Aqui no Brasil a querela antigos/modernos, além de se dar no âmbito da linguagem artística, que negava o academicismo, deu-se também na construção de um universo intelectual e artístico novo e próprio, em detrimento das “cópias” que eram realizadas, pelos intelectuais “antigos”, das escolas européias. Sobre a exaltação do estrangeiro que se procedia no Brasil, Helena confere:

Nós temos mania de achar tudo que é de fora melhor do que o nosso. Doutor só tem valor vindo de fora. Rapaz, para as moças ficarem com influência, tem que vir de fora. O que é nosso não presta, só de outras terras é que é bom. Eu mesma pensava isso. Não vou pensar assim. O que é mau há de ser bom de agora em diante. (MORLEY, 2005, p. 134).

A valorização excessiva de tudo o que vinha de fora, inclusive das “gentes”, tinha sua origem fincada nos padrões econômicos, estéticos e sócio-culturais estabelecidos pela conquista européia de nossas terras. A colonização, em toda América, deu-se de

forma a destruir ou incorporar em parte, se necessário à dominação, os valores dos povos subjugados, não obstante as diferentes contribuições dos povos africanos e nativos foram consideradas pagãs, diabólicas, selvagens, inferiores pelos colonizadores.

A formação do Estado Nacional brasileiro manteve esse padrão, cabendo a Literatura romântica de José de Alencar construir o mito fundador brasileiro. Neste a mistura de raças está presente, porém é clara a posição de inferioridade no qual a mulher e o nativo foram colocados.

Ainda sustentando esse ideal fora incorporado à visão brasileira as concepções deterministas, segundo as quais existe povoando o mundo raças inferiores e superiores. Tal discurso embasava a justificativa européia para sua dominação imperialista do globo, e aqui no Brasil servia à classe dominante branca como mecanismo legitimador de sua hegemonia. Dessa forma, mesmo colocando-se de forma secundária, uma vez que era considerada uma terra de mestiços e nos trópicos, o Brasil atrelou seu discurso ao europeu e o considerou válido e verdadeiro, pois dessa forma garantia a dominação interna. (ORTIZ, 1994, p.27-35).

Intelectuais do movimento de 1922 e outros, mesmo com suas diferenças que não eram pequenas, esforçaram-se por produzir um novo espelho para o Brasil. Nesse espelho, o povo deveria se ver e se reconhecer,

valorizando-se a partir de suas características nativas e mestiças.

Como já dissemos, o Estado Vargas, instaurado com a Revolução de 1930, foi o promotor da mudança que produziu uma nova brasilidade. O mestiço, antes desvalorizado e compreendido como o elemento que gerava o atraso no Brasil, passou a ser considerado o “verdadeiro brasileiro”, tendo sua cultura e língua evidenciada pelas novas produções artísticas e intelectuais. Podemos dizer que a obra referência para essa mudança de postura foi *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre. Esta obra:

[...] transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Só que as condições sociais eram agora diferentes, a sociedade brasileira já não mais se encontrava num período de transição, os rumos do desenvolvimento eram claros e até um novo Estado procurava orientar essas mudanças. [...] a ideologia da mestiçagem [...] ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional. (ORTIZ, 1994, p.41)

A produção intelectual modernista passou a dar vez e voz a novos e velhos personagens, aproximando a linguagem escrita à fala do povo, reivindicando também

uma gramática brasileira. Essa brasilidade mestiça expressa entre outras coisas pela fala, é uma constante na obra de Helena. Ao narrar, a escritora toma o cuidado de transcrever o diálogo como ele ocorreu, havendo pessoas que se expressam por meio da língua padrão e outras não. Assim a oralidade se põe à mostra em seu texto e pode ser observada em alguns fragmentos:

Terça-feira, 10 de janeiro

[...] “Não pensei ainda não, mas viver a gente veve de qualquer jeito. Deus é que ajuda” (p.20)

Terça-feira, 20 de março

[...] Vovó perguntou: “Que é isto? Aonde vão todos assim?”.

Foi Benfica que respondeu: “Ginirioso não viu treva. Bom; Ginirioso não viu treva; Ginirioso não viu lava-pé. Bom; Ginirioso não viu lava-pé. Ginirioso e nós tudo vê inforcá o juda que vendeu Nossinhô, onçe não vê que não é possive?” (p.139)

Quinta-feira, 13 de junho

[...] Os home pegaro no caixão, ‘tava muito pesado e eles deixaro ele caí de novo pra pegar de jeito. [...] O susto dela vivê foi maió que o da morte. A mulhé já foi acordando e brigando com as irmã e mandando todas saí de casa porque disse que elas, si havia de chorá a morte dela, ficaro só brigando por causa das coisas dela. Já mandou chamá o pai pra levá as irmã outra vez pra fazenda e ela vai vivê sozinha aí. As moça ‘tá trancada no quarto e não sai nem pra comê. O pai é esperado a quarqué hora pra levá elas. Foi no que deu a morte de Siá Donana. (p.261, 262)

Percebemos por esse relato que a fala do negro foi mantida e não transposta para o

português padrão como era feito pelos movimentos literários anteriores ao Modernismo brasileiro.

Le Goff procurou esclarecer o que, para ele, se pode nomear como modernismo ou modernidade, seria “a tomada de consciência das rupturas com o passado e da vontade coletiva de as assumir”. (LE GOFF, 1992, p.196)

Nesse sentido, não podemos falar de modernismo sem retomar o conflito entre o que se pretende novo e o velho. Porém, “o novo não é exatamente o moderno, salvo se é portador da dupla carga explosiva: ser negação do passado e ser afirmação de algo diferente”. (PAZ, 1984, p.20) No caso brasileiro, tal luta fica evidenciada, como já destacamos, entre questões relativas ao nacional X estrangeiro e à mistura X pureza.

A ruptura aqui processada diz respeito ao novo olhar que será lançado sobre os valores sobre os quais a sociedade até então estava assentada. Produziu-se uma guinada que foi do rural ao urbano, do agrário ao industrial, do mercado externo ao interno como espaço de realização econômica e acima de tudo, uma sobrevalorização do que foi identificado como constituinte do nacional.

Porém, o modernismo à brasileira, apesar de tributário das vanguardas européias, ao contrário do Futurismo de Marinetti, não pretendeu “demolir os museus e as bibliotecas” não negou a possibilidade de qualquer volta ao

passado.² Ao contrário disso, procurou reescrever a História e a literatura brasileira, a partir de seu olhar.

Assim, o diário de Alice Dayrell, uma simples adolescente do fim do século, residente em Diamantina, torna-se a obra *Minha vida de menina*. Houve uma transformação de um diário local, em que uma menina guardou, por meio de uma seleção, os fatos de que ela gostaria de se lembrar, em memória dos e para os outros. Sua obra insere-se em contexto no qual se pretendia reler o passado, construindo uma nova história que deveria ser nacional e coletiva, pois considerava-se suas memórias como a representação do passado.

Helena Morley assinou um diário provido da “função de autor”, ou seja, “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade.” (FOUCAULT, 1992, p.46) Seu nome passou a se filiar a um certo discurso pertencente a um estatuto, ou seja, um escrito confessional ganhou ares de “*lugar de memória*” (NORA, 1993), pois estava inscrito na discursividade moderna. Segundo Foucault função de autor:

[...] está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra e determina, articula o universo dos discursos: não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em

² Sobre Futurismo e vanguardas, consultar: TELES, G, M. Vanguarda européia e modernismo brasileiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários 'eus' em, simultâneo, a várias posições de sujeito que classes diferentes de indivíduos podem ocupar. (1992, p.56-57)

Nesse sentido, o olhar depositado sobre uma obra, não deve procurar relacionar automaticamente a mesma a seu autor, mas sim a um certo discurso, vinculado a uma época regida por determinadas concepções. O diário íntimo feminino tão em voga na Europa no Século XIX e XX, torna-se lugar de memória para os brasileiros. Nada mais antropofágico, como aludido por Oswald Andrade.

Esses lugares de memória, da forma como foi pensado por Nora (1993), ganham sentido no espaço deixado pela memória tradicional e pela crise da memória histórica. Essa memória tradicional foi aquela compartilhada pelo grupo que a detinha, era inquestionável e sagrada, servindo de liame para a coletividade que a compartilhava. Porém, a memória histórica desritualizou a memória, e acabou “valorizando, por natureza, mais o novo que o antigo, mais o jovem que o velho, mais o futuro que o passado” tornando os lugares de memória necessários. Assim, vê-se na:

Oscilação do memorial ao histórico, de um mundo onde se tinham ancestrais a um mundo da relação contingente com aquilo que nos engendrou. Passagem de uma história totêmica para uma história crítica: é o momento dos lugares de memória. (NORA, 1993, p. 14)

Nessas modernas relações com o passado, no nascimento e veneração do indivíduo:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Se tivéssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. (NORA, 1993, p. 13)

Assim, a feitura do diário é compreendida como expressão desse movimento de individualização e perda da memória pelo qual as modernas sociedades capitalistas passaram, pois “quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solidária, não decidisse dela se encarregar.” (NORA, 1993: p. 18)

O que era espontâneo, agora necessita de espaços de guarda para que as lembranças sejam promovidas: “o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas

constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.” (NORA, 1993: p.26)

A escrita de si, a produção e guarda de uma vasta documentação individual, contextualiza-se na transição paradigmática pela qual o ocidente passou nos últimos séculos. A construção da noção de sujeito moderno é problemática, pois ao mesmo tempo em que o ser humano é compreendido como ser individual e portador de direitos, é ao mesmo tempo um ser coletivo, pertencente ao mundo público, que lhe confere sentido. Assim, emerge um indivíduo que busca se compreender e se localizar por meio da escritura.

Os diários são fragmentos de uma vivência, produzidos a partir da relação da pessoa com o seu entorno, trazendo a marca da sua subjetividade, tornando-se dessa forma lugares privilegiados de encontro com os horizontes culturais sob os quais está enredado. Não querendo dizer com isso que - lembrando-se das múltiplas significações como acima citamos - as mesmas marcas serão encontradas por todos os leitores, pois a perspectiva aqui empreendida é uma leitura de uma expressão subjetiva feminina, não vista aqui como representativa de todo um gênero, mas como um olhar sobre um objeto determinado que se abre a infinitas possibilidades de compreensão e reelaboração.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?*. Passagens, 1992.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1992.

EULÁLIO, Alexandre. Livro que nasceu clássico. In: MORLEY, Helena. *Minha vida de Menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p.7-12.

MORLEY, Helena. *Minha vida de Menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História*. PUC-SP, nº 10, dezembro/1993.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MACIEL, Sheila Dias. *A literatura e os gêneros confessionais*. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/pgletras/docentes/sheila/A%20Literatura%20e%20os%20g%EAneros%20confessionais.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: